



LEI Nº 2.970/2018

**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias
para o exercício financeiro de 2019 – LDO.**

O Prefeito do Município de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 55-III da Lei Orgânica, sanciona a seguinte:

LEI

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição Federal, artigo 97 inciso 2º da Lei Orgânica do Município de Chapada – RS, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2019, compreendendo:

- I - as metas e riscos fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III - a organização e a estrutura do orçamento;
- IV - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- V - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII - as Disposições Relativas ao Regime de Execução das Emendas Individuais apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual;
- IX - as disposições gerais.

§1º. As diretrizes orçamentárias têm entre suas finalidades:

- I - orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual – PPA;
- II - ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população;

§2º. A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2019, bem como a aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

- I - priorizar o equilíbrio entre receitas e despesas;
- II - evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade aos dados do orçamento, inclusive por meio eletrônico;
- III - atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos no Anexo I – Metas Fiscais desta Lei.



Capítulo II Das Metas e Riscos Fiscais

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos anexos, compostos dos seguintes demonstrativos:

- I - das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, §1º, da LC nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
- II - da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2017;
- III - das metas fiscais previstas para 2019, 2020 e 2021, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018;
- IV - da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, §2º, inciso III, da LC nº 101/2000;
- V - da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, §2º, inciso III, da LC nº 101/2000;
- VI - da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, §2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;
- VII - da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, §2º, inciso V, da LC nº 101/2000;
- VIII - da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, §2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º. As metas fiscais estabelecidas no Anexo I desta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§2º. Na hipótese prevista pelo §1º, o demonstrativo de que trata o inciso I do Caput deverá ser alterado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§3º. Durante o exercício de 2019, a meta resultado primário prevista no demonstrativo referido no inciso I do caput, poderá ser reduzida até o montante que corresponder à frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

§4º. Para os fins do disposto no §3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.

§5º. Nas hipóteses de revisão dos valores das metas fiscais de que trata este artigo, e para efeitos de avaliação na audiência pública prevista no art. 9º, §4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas serão comparadas com as metas ajustadas.

Art. 3º. Estão discriminados, no que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, §3º, da LC nº 101/2000.

§1º. Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a serem cumpridas em 2019, cuja existência será confirmada somente



IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Órgão Orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional;

§1º. Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º. Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam, de acordo com a Portaria MOG nº 42/1999 e suas atualizações.

§3º. A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§4º. As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

Art. 6º. Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por elementos de despesa, na forma do art. 15, §1º, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 8º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no §5º do art. 165 da Constituição Federal, no artigo 98 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, e será composto de:

- I - texto da Lei;
- II - consolidação dos quadros orçamentários;

Parágrafo único - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os seguintes quadros:

- I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- II - demonstrativo da evolução da receita, por origem de arrecadação, em atendimento ao disposto no art. 12 da LC nº 101/2000;



- III - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da LC nº 101/2000;
- IV - demonstrativo das receitas por origem e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, §5º, III, da Constituição Federal;
- V - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, §2º, I, da Lei Federal nº 4.320/64;
- VI - demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 5º, inciso I, da LC nº 101/2000;
- VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da LC nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;
- VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- X - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação e do orçamento a que pertencem;
- XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no §2º do art. 13 desta Lei.

Art. 9º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

- I - anexos com projeções baseadas nos relatórios contábeis registrando as evoluções com base na evolução financeira ocorridas nos anos anteriores projetando a evolução esperada para o exercício seguinte;
- II - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;
- III - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final de 2018 e a previsão para o exercício de 2019;
- IV - relação das ações prioritárias aprovadas em audiências públicas realizadas na forma estabelecida pelo art. 11 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, bem como os valores correspondentes.

Capítulo V

Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações

Seção I

Das Diretrizes Gerais



Art. 10. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo único. Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Secretaria de Fazenda, até 31 de outubro de 2018, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, observadas as disposições desta Lei.

Art. 11. A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2019 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§1º. Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, §1º, I, da LC nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§2º. A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art. 12. Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 8º, §1º, inciso V, desta Lei.

Parágrafo único. A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, e observada a respectiva legislação pertinente, ser delegada a Secretários, servidores municipais ou comissão de servidores.

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2019.

§1º. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2019, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§2º. Para fins do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal e da metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 12/2017 do Tribunal de Contas do Estado, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14. Constarão no projeto de lei orçamentária reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

I - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos relacionados no Anexo de que trata o art. 3º desta lei.



- II - cobertura de créditos adicionais;
- III - atender ao disposto no art. 58 desta lei.

§1º. A reserva de contingência, de que trata o inciso I do *caput*, será fixada em, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§2º. Na hipótese de ficar demonstrado que as reservas de contingência constituídas na forma dos incisos I e III do *caput* não precisarão ser utilizadas para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

§3º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

Art. 15. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente serão incluídos novos projetos na Lei Orçamentária de 2019 se:

- I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento;
- II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 16. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§1º. Para efeito do disposto no art. 16, §3º, da LC nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

§2º. No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício de 2019, em cada evento, não exceda a 20 vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 17. A compensação de que trata o art. 17, §2º, da LC nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no inciso V do §2º do art. 4º, da referida Lei, desde que observados:

- I - o limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2019 e de créditos adicionais;
- II - os limites estabelecidos nos artigos 20, inciso III, e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, no caso da geração de despesas com pessoal e respectivos encargos; e



III - o valor da margem líquida de expansão constante no demonstrativo de que trata o art. 2º, VIII, dessa Lei.

Art. 18. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, §3º, da LC nº 101/2000, deverá, no mínimo, evidenciar, em relatórios gerenciais os gastos das obras e dos serviços públicos, tais como:

- I - dos programas finalísticos e respectivas ações previsto no Plano Plurianual;
- II - do m² das construções e das pavimentações;
- III - do custo aluno/ano da educação infantil e do ensino fundamental, do custo aluno/ano do transporte escolar e do custo aluno/ano com merenda escolar;
- IV - do custo da destinação final da tonelada de lixo;
- V - do custo do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

§1º. O controle de custos de que trata o *caput* será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§2º. Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

Art. 19. As metas fiscais estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do art. 2º serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único. Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

Seção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 20. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

- I - do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- II - das contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;
- III - de aportes financeiros de recursos do Orçamento Fiscal;
- IV - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no art. 8º, §1º, inciso IV, desta Lei.

Seção III

Das Disposições sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira



Art. 21. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas quadrimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§1º. O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterá:

- I - metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, §4º da LC nº 101/2000;
- II - metas quadrimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da LC nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;
- III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§2º. Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 22. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, e observado o disposto no §2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

- I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;
- III - aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;
- V - diárias de viagem;
- VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;
- VII - despesas com publicidade institucional;
- VIII - horas extras.

§1º. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2018, observada a vinculação de recursos.

§2º. Não serão objeto de limitação de empenho:

- I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do §2º do art. 9º da LC nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;



II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 24 desta Lei.

§3º. Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§4º. Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por unidade orçamentária.

§5º. Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, §1º, da LC nº 101/2000.

§6º. Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

Art. 23. O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§1º. No caso da limitação de empenhos e movimentação financeira, observado o disposto no §3º do art. 22 desta Lei, o repasse financeiro de que trata o *caput* será reduzido na mesma proporção.

§2º. Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadadas através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§3º. Ao final do exercício financeiro de 2019, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§4º. O eventual saldo de recursos financeiros que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2019.

Art. 2. Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

§1º. No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, considerar-se-á garantido o ingresso no fluxo de caixa, a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.



§2º. A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da execução dos recursos mencionados no *caput* deste artigo.

Art. 25. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§1º. Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2019, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

§2º. A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no *caput* deste artigo.

§3º. A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2019, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Art. 26. Para efeito do disposto no §1º do art. 1º e do art. 42 da LC nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Seção IV

Das Diretrizes sobre Alterações da Lei Orçamentária

Art. 27. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64.

§1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, §3º, da Lei Federal nº 4.320/64, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da LC nº 101/2000.

§2º. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§3º. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2018, por fonte de recursos;
- II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2019;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;



IV - saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§4º. Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2019, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§5º. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 30 dias, a contar do recebimento da solicitação.

Art. 28. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2019, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 29. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, §2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 30 de junho de 2019.

Parágrafo único. Caso seja necessário, a codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2019, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 30. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 6º desta Lei.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 31. As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica no caso da necessidade de alterações de codificações ou denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, ou para adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Seção V



Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I

Das Subvenções Econômicas

Art. 32. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º. Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§2º. As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o "caput" deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação "60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa "45 – Subvenções Econômicas".

Art. 33. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.

Subseção II

Das Subvenções Sociais

Art. 34. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos artigos 12, §3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Subseção III

Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 35. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

- I - estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;
- II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2019; ou
- III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Parágrafo único. No caso dos incisos I e II do *caput*, a transferência dependerá da formalização do ajuste, observadas as exigências legais aplicáveis à espécie.

Art. 36. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, §6º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Subseção IV



Dos Auxílios

Art. 37. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, §6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

- I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;
- II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;
- III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;
- IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;
- V - qualificadas como Organizações Sociais – OS, com contrato de gestão celebrado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.637/1998, para fomento e execução de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, de acordo com o programa de trabalho proposto, as metas a serem atingidas e os prazos de execução previstos;
- VI - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;
- VII - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei nº 13.146/2015;
- VIII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e
- IX - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

- I - se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
- II - sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§1º. No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§2º. No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção V

Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas



Art. 38. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I - execução da despesa na modalidade de aplicação "50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos" e nos elementos de despesa "41 - Contribuições", "42 - Auxílio" ou "43 - Subvenções Sociais";

II - estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 2 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III - ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;

IV - inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição;

V - não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI - formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Municipal de Desenvolvimento verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 39. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de



recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 40. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único. Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

- I - nome e CNPJ da entidade;
- II - nome, função e CPF dos dirigentes;
- III - área de atuação;
- IV - endereço da sede;
- V - data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;
- VI - valores transferidos e respectivas datas.

Art. 41. Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005.

Art. 42. As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 43. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

- I - depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;
- II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Seção VI
Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos



Art. 44. Observado o disposto no art. 27 da LC nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 6% (seis por cento) ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

- I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;
- II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;
- III - formalização de contrato;
- IV - assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§1º. No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

- I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;
- II - integrem as cadeias produtivas locais;
- III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

§2º. Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o *caput* deste artigo;

§3º. As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

Capítulo VI

Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 45. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 46. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Capítulo VII

Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 47. No exercício de 2019, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 10 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da LC nº 101/2000.

§1º. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de agosto de 2018, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, o crescimento vegetativo, e o disposto no art. 50 desta Lei.



§2º. A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 48. Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas "a" e "b" da LC nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 12/2017 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 49. Para fins de atendimento ao disposto no art. 39, §6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 50. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, §1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

- I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
- II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
- III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;
- IV - prover cargos em comissão e funções de confiança;
- V - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;
- VI - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;
- VII - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;
- VIII - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

§1º. No caso dos incisos I, II, III e IV além dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo, os projetos de lei deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da LC nº 101/2000, as seguintes informações:

- I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subseqüentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;
- II - declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.



§2º. No caso de provimento de cargos, salvo quando ocorrer dentro de seis meses da sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo correspondente, juntamente com a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

§3º. No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§4º. Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 51. Quando a despesa com pessoal, apurada no sistema contábil houver ultrapassado o limite de 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

- I - as situações de emergência ou de calamidade pública;
- II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
- III - a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Capítulo VIII

Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 52. As receitas serão estimadas e discriminadas:

- I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;
- II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2019, especialmente sobre:
 - a) atualização da planta genérica de valores do Município;
 - b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
 - c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
 - d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
 - e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
 - f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
 - g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
 - h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;



l) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 53. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 52, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 54. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§1º. A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§2º. Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§3º. Não se sujeitam às regras do §1º:

I - a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente;

II - proposições de incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 0,02 % da Receita Corrente Líquida realizada no exercício de 2018.

Art. 55. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Capítulo IX

Das Disposições Relativas ao Regime de Aprovação e Execução das Emendas Individuais

Art. 56. O regime de aprovação e execução das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária de que tratam os §§ 9º a 18 do art. 166 da Constituição da República atenderão ao disposto neste Capítulo.



Art. 57. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas individuais aprovadas ao projeto de lei orçamentária, observado, na execução, o limite estabelecidos no §11 do art. 166 da Constituição.

§1º. Considera-se execução equitativa a execução das programações que atenda, de forma igualitária e impessoal, as emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§2º. A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no §16 do art. 166 da Constituição.

§3º. Se, durante o exercício financeiro de 2019, for verificada a frustração de receitas na forma estabelecida pelos §§ 3º e 4º do art. 2º desta Lei, a execução orçamentária das programações orçamentárias das emendas individuais poderá ser reduzida na mesma proporção.

Art. 58. Para fins de atendimento ao disposto no art. 57, sem prejuízo da redução prevista no seu §3º, o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 conterà reserva de contingência específica em valor equivalente 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida estimada para o exercício, a qual deverá ser indicada como fonte de recursos para a aprovação das emendas individuais.

§1º. Para fins de cálculo do valor da Receita Corrente Líquida de que trata o caput, considerar-se-á a metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 12/2017, do Tribunal de Contas do Estado ou a norma que lhe for superveniente.

§2º. O valor do limite para apresentação das emendas individuais por autor será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no caput pelo número máximo de vereadores admitido pela Constituição Federal.

§3º. É vedada qualquer forma de cessão ou transferência entre vereadores ou bancadas, do limite individual de que trata o parágrafo anterior.

§4º. Não será obrigatória a execução orçamentária e financeira da emenda individual que desatenda ao disposto nos §§ 9º e 10 do art. 166 da Constituição Federal, ou os critérios estabelecidos neste artigo, sendo os recursos correspondentes revertidos à reserva de contingência de que trata o art. 14, II, desta Lei.

Art. 59. Para fins do disposto no §12 do art. 166 da Constituição, consideram-se, impedimentos de ordem técnica:

- I - não indicação, pelo autor da emenda individual, quando for o caso, do beneficiário e respectivo valor da emenda;
- II - não cumprimento pela entidade beneficiária, dos requisitos estabelecidos na Seção V do Capítulo V desta Lei, no caso de emendas que proponham transferências de recursos sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições;
- III - desistência expressa do autor da emenda;
- IV - incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;
- V - no caso de emendas relativas à execução de obras e aquisição de equipamentos, incompatibilidade do valor proposto com o cronograma físico financeiro de execução do projeto;
- VI - a aprovação de emenda individual que conceda dotação para instalação ou funcionamento de serviço público que não esteja anteriormente criado por Lei;



VII - a não indicação da Reserva de Contingência referida no art. 58 desta Lei como fonte de recursos para as emendas individuais;

§1º. os casos de impedimentos de ordem técnica que trata este artigo serão comunicados formalmente pelo Poder Executivo, observado o disposto no §14 do art. 166 da Constituição.

§2º. As dotações orçamentárias relativas às emendas individuais que permanecerem com impedimento técnico após 31 de outubro de 2019 poderão ser utilizadas como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, na forma da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§3º. Além do disposto nos incisos I a VII, o Poder Executivo poderá, mediante decreto, estabelecer critérios e procedimentos adicionais relacionados aos casos de impedimentos de ordem técnica que trata o caput.

Art. 60. Caberá à contabilidade do Município, através de registros contábeis específicos, ou através de codificação a ser introduzida no sistema de execução financeira e orçamentária, identificar e acompanhar a execução orçamentária da programação incluída ou acrescida mediante emendas de que trata esta Seção.

Capítulo X Das Disposições Gerais

Art. 61. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da LC nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 62. As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 2882 de 13/09/2018 - Plano Plurianual 2018/2021 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§1º. Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do §3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais e
- b) serviço da dívida.

§2º. Para fins do disposto no §3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com esta lei:

I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos limites constitucionais mínimos previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;



III - as emendas que reduzam o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito;

§3º. Para fins do disposto no art. 166, §8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência referida no inciso II do art. 14 os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2019, ficarem sem despesas correspondentes.

§4º. O disposto neste artigo aplica-se no que couber às emendas sujeitas ao regime de execução de que trata o Capítulo IX desta lei.

Art. 63. Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 64. Em consonância com o que dispõe o §5º do art. 166 da Constituição Federal e o art. 55 da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 65. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2018, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§1º. Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos legalmente vinculados à educação, saúde e assistência social, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§2º. Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 66. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Chapada/RS, Gabinete do Prefeito Municipal, em 1º de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

Gustavo Sturmer

Secretário da Administração

Carlos Aizenir Catto
Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
ANEXO III – METAS E PRIORIDADES
CHAPADA – RS
PROGRAMA: 0400 SECRETARIA DA SAÚDE
OBJETIVO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NA SECRETARIA ATENDENDO
AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO EM SAÚDE

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2019
2	MANUTENÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SAÚDE	Ativ	Meta Física Valor	2.740.000,00
1	EQUIPAMENTOS SECRETARIA, EQUIP. VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA / TROCA E CONSERTO	Und	Meta Física Valor	106.000,00
2	TRANSPORTE PESSOAS/PROFISSIONAIS NA AREA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	Pessoas	Meta Física Valor	568.000,00
2	ASSISTÊNCIA MÉDICA POPULAÇÃO, PGTO PROFISSIONAIS	Pessoas	Meta Física Valor	1.530.000,00
2	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA A POPULAÇÃO, PGTO PROFISSIONAIS	Pessoas	Meta Física Valor	465.000,00
2	CONVÊNIO NA AREA DA SAÚDE / LABORATÓRIOS E HOSPITAIS / ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA	Pessoas	Meta Física Valor	898.000,00
2	CONVÊNIO SAMU / SALVAR	Ativ	Meta Física Valor	395.000,00
1	CONSTRUÇÃO / REFORMA / AMPLIAÇÃO UBS	1495,36M2 Area total	Meta Física Valor	76.500,00
2	PROGRAMAS E CONVÊNIO C/RECURSOS DA UNIÃO – FNS CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Pessoas	Meta Física Valor	219.200,00
2	PROGRAMAS E CONVÊNIO COM ESTADO – FES	Pessoas	Meta Física Valor	298.000,00
1	SANEAMENTO BÁSICO RURAL / MELHORIAS	Familias	Meta Física Valor	8.600,00
1	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA	Familias	Meta Física Valor	596.000,00
1	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ESGOTO DA CIDADE	Metros	Meta Física Valor	45.800,00
1	CONSTRUÇÃO DE CAIS NOVO E COMPRA EQUIPAMENTOS, RECURSOS PRÓPRIOS	1400 m2	Meta Física Valor	105.000,00
1	MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MATERIAL PARA O CAI	207,26 m2 Area total	Meta Física Valor	85.000,00
2	MELHORIA SANEAMENTO BÁSICO, AGUA, RESIDUOS, LIMPEZA URBANA E SANITARIA	Pessoas	Meta Física Valor	26.700,00
1	PROGRAMAS E CONVÊNIO COM RECURSOS UNIÃO – FNS INVESTIMENTOS NA REDE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Und	Meta Física Valor	35.000,00
1	EQUIPAMENTOS ASSISTENCIA MÉDICA, ALTA COMPLEXIDADE, HOSPITALAR E AMBURATORIAL	Und	Meta Física Valor	30.000,00
2	FÁRMACIA BÁSICA, FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS	Pessoas	Meta Física Valor	40.000,00
2	PROGRAMAS E CONVÊNIO		Meta Física	110.000,00

[Handwritten signatures]



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
ANEXO III – METAS E PRIORIDADES
CHAPADA – RS**

**PROGRAMA: 0600 – SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
OBJETIVO: MANUTENÇÃO DE AÇÕES QUE VISEM O DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS**

SETOR

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2019
2	MANUTENÇÃO GERAL DA SECRETARIA	Ativ	Meta Física Valor	375.000,00
1	FINANCIAMENTO INDUSTRIAL / DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	Empresas c/demanda	Meta Física Valor	272.000,00
1	EQUIPAMENTOS, AQUISIÇÃO E CONCERTO	Und	Meta Física Valor	15.200,00
2	APOIO FEIRA EXPOSIÇÃO, CHAPADAFEST E OUTROS EVENTOS	Entidades	Meta Física Valor	25.000,00
2	AÇÕES E EVENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	Und	Meta Física Valor	6.000,00
1	FINANCIAMENTO COMERCIAL / DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	Empresas c/demanda	Meta Física Valor	30.000,00
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
TOTAL DO PROGRAMA				723.200,00

(*) Tipo:
P – Projeto
A – Atividade
OE – Operação Especial
NO – Não-orçamentária
1 – Investimento
2 – Custeio

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019

ANEXO III – METAS E PRIORIDADES

CHAPADA – RS

PROGRAMA: 0800 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

OBJETIVO: REALIZAR AÇÕES VISANDO A MANUTENÇÃO E O

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2019
2	MANUTENÇÃO GERAL DA SECRETARIA	Ativ	Meta Física Valor	546.000,00
1	EQUIPAMENTOS SECRETARIA, ED. INFANTIL, ED. ESPECIAL E ENSINO FUNDAMENTAL AQUISIÇÃO E CONCERTO	Und	Meta Física Valor	30.500,00
1	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES, CRECHES	5.787,36 M2	Meta Física Valor	171.700,00
2	MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL COM REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES E FUNCIONARIOS	Ativ	Meta Física Valor	1.060.000,00
2	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E ED. ESPECIAL	Km	Meta Física Valor	1.293.000,00
2	CURSOS E TREINAMENTOS DO QUADRO DOCENTE DE PROFESSORES	Servidores	Meta Física Valor	13.500,00
2	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO INFANTIL	1668,12 M2 area total	Meta Física Valor	445.000,00
2	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL COM REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES E FUNCIONARIOS	Ativ	Meta Física Valor	4.860.000,00
2	MERENDA ESCOLAR ALUNOS ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL, ESPECIAL E JOVENS E ADULTOS	Alunos	Meta Física Valor	525.000,00
1	SETOR CULTURA E DESPORTOS OBRAS E EQUIPAMENTOS	Alunos	Meta Física Valor	30.000,00
2	APOIO FINANCEIRO PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR	Alunos	Meta Física Valor	328.000,00
2	APOIO FINANCEIRO EM CONVÊNIO COM A APAE	Convênio	Meta Física Valor	94.000,00
2	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO ESPECIAL, JOVENS/ ADULTOS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS	Ativ	Meta Física Valor	490.000,00
2	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MUSEU	Und	Meta Física Valor	31.800,00
2	PROGRAMAS E PARCERIAS EDUCACIONAIS GERANDO DESENVOLVIMENTO CULTURAL/ AABB COMUNID/ OUTROS	Convênios	Meta Física Valor	431.000,00
2	MANUTENÇÃO GERAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA	Und	Meta Física Valor	59.700,00
2	APOIO A ENTIDADES CULTURAIS E ESPORTIVAS, APOIO FINANCEIRO	Convênios	Meta Física Valor	35.000,00
2	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO CULTURAL	Und	Meta Física Valor	15.200,00
1	CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO CULTURAL NOVO	400m2	Meta Física Valor	65.000,00

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
 ANEXO III – METAS E PRIORIDADES
 CHAPADA – RS
 PROGRAMA: 0900 – SECRETARIA DE OBRAS E TRÂNSITO
 OBJETIVO: MANUTENÇÃO DO SETOR E AMPLIAÇÃO, MELHORIAS EM
 EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2019
2	MANUTENÇÃO GERAL DA SECRETARIA	Ativ	Meta Física Valor	928.000,00
1	AQUISIÇÃO E REFORMA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Und	Meta Física Valor	79.100,00
2	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E AREAS DE LAZER	Und	Meta Física Valor	45.000,00
2	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS	m2	Meta Física Valor	18.000,00
2	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Ruas	Meta Física Valor	535.800,00
1	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CALÇAMENTOS E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	m2	Meta Física Valor	635.000,00
1	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS	Km	Meta Física Valor	1.830.000,00
2	AÇÕES PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	Convênios	Meta Física Valor	5.200,00
2	MELHORIA DO TRANSITO MUNICIPAL / AÇÕES E MATERIAL	Und	Meta Física Valor	25.000,00
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
TOTAL DO PROGRAMA				4.101.100,00

(*) Tipo:
 P – Projeto
 A – Atividade
 OE – Operação Especial
 NO – Não-orçamentária
 1 – Investimento
 2 – Custeio

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019

ANEXO III – METAS E PRIORIDADES

CHAPADA – RS

PROGRAMA: 1000 – SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
 OBJETIVO: MANUTENÇÃO SETOR, PRATICAR AÇÕES P/ ATENDER IDOSOS,
 CRIANÇAS, CARRENTES E O SEGMENTO HABITACIONAL

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2019
2	MANUTENÇÃO GERAL DA SECRETARIA	Ativ	Meta Física Valor	660.000,00
2	ASSISTÊNCIA A IDOSOS E EVENTOS	Pessoas	Meta Física Valor	25.100,00
1	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E INSTALAÇÕES	195,50m2 Area total	Meta Física Valor	71.000,00
1	AQUISIÇÃO E CONserto DE EQUIPAMENTOS	Und	Meta Física Valor	35.000,00
2	IMPLEMENTAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS ARTEZANAIS	Pessoas	Meta Física Valor	71.200,00
2	SERVIÇOS SOCIO ASSISTENCIAIS, BENEFÍCIOS EVENTUAIS E EVENTOS EMERGENCIAIS	Familias e pessoas	Meta Física Valor	79.800,00
1	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO NOVO PARA O CRAS/ RECURSOS PRÓPRIOS	460 m2	Meta Física Valor	35.000,00
2	EVENTOS ASSISTENCIAIS E COMUNITÁRIOS	Familias	Meta Física Valor	65.000,00
2	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS PELO CONDICA	Familias	Meta Física Valor	179.600,00
1	PROGRAMA HABITACIONAL, AUXILIO E FINANCIAMENTO PARA REFORMAS E CONSTRUÇÕES URBANAS	Familias	Meta Física Valor	229.000,00
1	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA / RECURSOS PRÓPRIOS	280 m2	Meta Física Valor	50.000,00
1	CENTRO DE ATENDIMENTO AO IDOSO / IMPLANTAÇÃO / RECURSOS PRÓPRIOS	320 m2	Meta Física Valor	70.000,00
1	PROGRAMA HABITACIONAL COM AUXILIO E FINANCIAMENTO HABITAÇÃO RURAL	Familias	Meta Física Valor	42.000,00
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
TOTAL DO PROGRAMA				1.612.700,00

(*) Tipo:

P – Projeto

A – Atividade

OE – Operação Especial

NO – Não-orçamentária

1 – Investimento

2 – Custeio

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
ANEXO III – METAS E PRIORIDADES
CHAPADA – RS
PROGRAMA: 9900 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
OBJETIVO: PROVISÃO PARA A RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2019
OE	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Reserva	Meta Física Valor	968.000,00
OE	CONTRIBUIÇÕES PARA O PASEP	Parcelas	Meta Física Valor	368.000,00
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
TOTAL DO PROGRAMA =====è				1.336.000,00

(*) Tipo:
P – Projeto
A – Atividade
OE – Operação Especial
NO – Não-orçamentária
1 – Investimento
2 – Custeio

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
ANEXO III – METAS E PRIORIDADES
CHAPADA – RS
PROGRAMA: 0909 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL – RPPS
OBJETIVO: PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E
FORMAÇÃO DE RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2019
OE	PAGAMENTO DE INATIVOS, PENSIONISTAS E BENEFÍCIOS – RPPS	Pessoas	Meta Física Valor	2.984.000,00
OE	RESERVA DE CONTINGÊNCIA – RPPS	Reserva	Meta Física Valor	3.030.000,00
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
			Meta Física Valor	
TOTAL DO PROGRAMA				6.014.000,00

(*) Tipo:
P – Projeto
A – Atividade
OE – Operação Especial
NO – Não-orçamentária
1 – Investimento
2 – Custeio

Município de: CHAPADA - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2019

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	6,29%	3,59%	4,01%	4,13%	4,03%	3,89%
VARIAÇÃO DO PIB	-3,60%	1,00%	2,00%	2,56%	2,61%	2,59%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	2,50%	2,25%	2,40%	2,38%	2,34%	2,38%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	5,00%	3,00%	2,00%	5,00%	3,33%	3,44%
ESFORÇO NA ARRECADADO TRIBUTÁRIA	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	12,08%	-2,50%	2,00%	3,88%	1,12%	2,33%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	16,00%	5,00%	4,00%	8,33%	5,78%	6,04%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	12,56%	7,93%	3,30%	2,00%	2,00%	2,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	12,56%	7,93%	2,06%	2,00%	2,00%	2,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	45,00%	15,00%	10,00%	23,33%	16,11%	16,48%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	13,75%	7,40%	8,02%	7,37%	8,17%	8,21%
Taxa de Câmbio	3,92	3,20	3,10	3,66	3,65	3,69

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origens/especial/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa

Município de : CHAPADA - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

	CÓDIGO	CORTAS					ARRECADADA			PROJETADO			Valores em R\$ 1,00
		CONSOLIDADAS ANUAIS					2015	2016	2017	2018	2019	2020	
		Receitas Correntes	1.0.0.0.0.0.0.00.00.00			33.107.000,72	37.416.607,86	38.719.444,11	39.827.099,00	43.858.669,41	48.212.762,84	53.012.838,81	
		Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.1.0.0.0.0.0.00.00.00			2.242.245,90	2.537.399,83	3.267.276,99	3.115.894,82	3.189.968,90	3.402.801,30	3.777.161,31	
		IRRF - arrend. Trabalho - Principal - Alíquotas/Imposto do Poder Executivo/Industriais	1.1.1.3.0.0.1.1.01.00.00			369.727,95	453.324,47	911.206,29	601.229,00	607.114,26	717.179,78	783.982,16	
		IRRF - arrend. Trabalho - Principal - Alíquotas/Imposto do Poder Legislativo	1.1.1.3.0.0.1.1.02.00.00										
		Demais Impostos	1.1.1.0.0.0.0.00.00.00			1.166.358,07	1.490.630,41	1.224.020,00	1.719.369,11	1.754.287,00	1.916.212,16	2.090.200,45	
		Taxas	1.1.2.0.0.0.0.00.00.00			426.271,58	477.180,19	488.110,68	745.933,93	872.810,33	794.920,32	861.684,70	
		Contribuição de Melhorias	1.1.3.0.0.0.0.00.00.00			291.887,00	116.084,56	46.439,00	50.352,09	95.774,31	93.092,57	102.208,07	
		Contribuições	1.2.0.0.0.0.0.00.00.00			1.007.958,97	1.207.399,18	1.204.846,87	1.346.000,00	1.584.830,30	1.712.164,94	1.847.311,72	
		Contribuições Sociais	1.2.1.0.0.0.0.00.00.00			661.469,12	826.396,23	957.867,75	1.001.000,00	1.088.489,58	1.194.027,04	1.295.246,40	
		Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	1.2.1.0.04.0.00.00.00			661.469,12	826.396,23	957.867,75	1.001.000,00	1.088.489,58	1.194.027,04	1.295.246,40	
		Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	1.2.1.0.06.0.00.00.00			-	-	-	-	-	-	-	
		Outras Contribuições Sociais	1.2.1.0.08.0.00.00.00			-	-	-	-	-	-	-	
		Municípios	1.2.1.0.00.0.00.00.00			-	-	-	-	-	-	-	
		Contribuições Econômicas	1.2.2.0.0.0.0.00.00.00			-	-	-	-	-	-	-	
		Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.2.4.0.0.0.0.00.00.00			-	-	-	-	-	-	-	
		Recursos Patrimoniais	1.3.0.0.0.0.00.00.00			340.489,85	369.111,83	348.036,12	545.000,00	485.340,77	618.077,99	652.171,31	
		Expansão do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.3.1.0.0.0.0.00.00.00			3.202.707,30	4.718.710,92	3.798.201,59	4.812.100,00	6.192.116,70	6.810.167,03	6.872.600,00	
		Valores Mobiliários	1.3.2.0.00.0.00.00.00			3.202.707,30	4.580.179,02	3.217.943,28	4.804.719,00	9.060.038,97	9.401.347,86	8.756.797,11	
		Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	1.3.2.1.00.1.1.01.00.00			69.950,34	83.094,85	87.197,78	59.150,00	79.278,08	15.019,09	79.955,91	
		Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	1.3.2.1.00.1.1.02.00.00			79.926,39	75.872,05	76.041,33	53.860,00	80.062,65	95.388,70	91.018,54	
		Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	1.3.2.1.00.3.0.00.00.00			3.159.558,07	4.409.340,05	3.874.104,17	4.700.689,00	4.906.453,23	5.237.402,47	5.592.052,80	
		Juros de Títulos de Renda	1.3.2.9.0.0.0.00.00.00			364,50	8.105,87	-	-	3.304,03	3.327,53	3.759,87	
		Outras Valores Mobiliários	1.3.3.0.00.0.00.00.00			-	-	-	-	-	-	-	
		Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	1.3.3.0.00.0.00.00.00			-	-	-	-	-	-	-	
		Demais Direitos	1.3.0.0.0.0.00.00.00			199.531,30	169.531,30	72.227,70	-	96.409,77	102.912,79	109.685,22	
		Demais Recursos Fiscais	1.4.0.0.0.0.00.00.00			15.312,25	1.325,25	3.003,00	-	1.692,09	1.805,22	1.825,00	
		Recursos Agropecuários	1.5.0.0.0.0.00.00.00			-	-	-	-	-	-	-	
		Recursos Industriais	1.5.0.0.0.0.00.00.00			-	-	-	-	-	-	-	
		Fundo de Serviços	1.5.4.0.01.1.0.00.00 +			989.837,80	492.832,87	957.872,84	1.000.158,95	377.872,90	989.184,89	925.270,37	
		Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros /	1.5.4.0.01.1.0.00.00			-	-	-	-	-	-	-	
		Retorno de Operações para Programar de Desenv. Econômico	1.5.4.0.01.1.0.00.00			-	-	-	-	-	-	-	
		Demais Serviços	1.6.0.0.0.0.00.00.00			649.677,45	403.633,33	607.872,04	1.063.395,00	924.632,66	880.149,08	938.070,23	
		Transferências Correntes	1.7.0.0.0.0.00.00.00			34.272.119,00	27.950.739,25	29.990.791,40	28.520.349,18	34.191.861,89	36.893.445,67	39.703.461,77	
		Transferências da União e de suas Entidades	1.7.1.0.00.0.00.00.00			9.848.467,90	11.926.284,85	10.870.870,98	10.756.180,08	12.714.634,88	13.346.129,09	14.124.743,87	
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	1.7.1.0.01.2.0.00.00.00			6.562.752,18	7.263.810,80	6.918.903,85	7.043.000,00	8.326.994,97	8.759.182,39	9.311.818,00	
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%	1.7.1.0.01.3.0.00.00.00			279.589,45	329.951,73	307.989,82	312.000,00	368.961,82	398.129,86	412.909,91	
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%	1.7.1.0.01.4.0.00.00.00			75.194,32	215.010,56	317.350,91	319.000,00	331.043,92	348.873,27	370.877,31	
		Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	1.7.1.0.01.5.0.00.00.00			679.140,92	807.928,48	925.204,27	898.600,00	1.029.812,79	1.080.312,87	1.151.038,40	

1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	71.227,28	61.102,78	80.370,61	87.500,00	82.251,67	63.898,41	99.810,52
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasse Fundo a Fundo	1.426.821,20	1.394.568,38	1.405.073,69	1.344.500,00	1.587.881,76	1.051.852,58	1.716.109,65
1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	116.227,67	201.262,38	183.019,64	161.450,00	206.734,34	215.050,73	323.431,79
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Desenvolvimento da Educação - FNDE	486.157,52	578.229,66	631.842,51	630.730,00	616.743,07	641.567,61	666.655,97
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	66.530,44	70.749,50	72.389,04	-	57.329,64	60.303,76	64.107,25
1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	52.034,12	123.046,28	66.436,62	69.500,00	99.314,89	103.941,25	107.984,57
1.7.2.0.00.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	11.020.807,45	12.842.418,40	14.322.537,02	13.637.333,00	16.584.692,99	18.190.819,28	19.976.213,39
1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Conta-Parte do ICMS	9.276.768,67	10.887.135,00	11.400.379,31	11.200.000,00	13.087.457,43	15.001.763,32	16.592.321,30
1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Conta-Parte do IPVA	1.143.983,76	1.263.957,72	1.325.495,42	1.305.000,00	1.096.006,94	1.096.296,79	3.076.046,79
1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Conta-Parte do IPTU - Municípios	163.699,70	135.978,67	189.622,62	176.400,00	208.503,94	229.439,03	252.754,34
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Conta-Parte da Contribuição de Interação no Domínio Econômico	-	-	-	25.000,00	9.777,59	10.759,32	11.862,67
1.7.2.8.04.0.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	968,00	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.04.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	6.045,45	17.094,06	26.152,04	-	17.523,21	19.031,34	18.732,37
1.7.2.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	364.306,23	495.338,40	378.039,41	416.200,00	408.616,24	508.347,78	458.161,40
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferências do Convênio dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	25.163,40	43.314,35	702.545,18	434.500,00	436.428,54	469.097,21	473.839,96
1.7.2.8.06.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	-	-	58.000,00	-	37.677,11	39.001,48	45.612,12
1.7.2.8.06.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	27.232,00	-	-	-
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	3.505.043,77	4.072.055,30	4.306.202,92	4.545.037,16	5.059.882,58	5.321.003,60	5.857.469,01
1.7.2.8.06.0.0.00.00.00	Transferências do Estado	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.06.0.0.00.00.00	Transferências do Programa Falcas	-	-	31.190,50	-	11.990,86	12.130,79	12.802,08
1.8.0.0.00.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	522.952,77	507.131,72	1.046.652,25	360.410,00	723.000,91	762.487,63	781.794,30
1.8.1.0.00.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	440.462,29	415.200,57	79.933,67	21.000,00	202.518,34	210.879,63	218.175,27
1.8.2.0.00.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	498.738,72	339.410,00	309.047,67	321.502,18	334.009,62
1.8.2.0.00.0.00.00.00	Restituição de Convênios - Financeiros	-	-	-	-	-	-	-
1.8.2.0.00.0.00.00.00	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	498.738,72	339.410,00	309.047,67	321.502,18	334.009,62
1.8.3.0.00.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	82.490,48	91.931,15	498.728,72	339.410,00	309.047,67	321.862,18	334.009,61
1.9.0.0.00.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios da Previdência dos Servidores	-	-	488.269,66	-	212.103,00	220.316,61	238.910,41
1.9.0.0.1.1.0.00.00.00	Contribuição de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
1.9.0.0.1.1.0.00.00.00	Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.0.0.1.2.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscricao em Dividas Ativas e Receita de Outras da Supremacia	-	-	-	-	-	-	-
1.9.0.0.99.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	1.650,00	-	385.490,66	-	144.105,49	149.075,35	155.600,39
1.9.0.99.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	60.840,48	91.931,15	82.799,00	-	429,54	111,71	140,59
2.0.0.0.00.0.00.00.00	Receitas de Capital	2.899.871,38	2.896.031,64	4.638.162,31	979.000,00	2.118.370,04	1.382.286,31	1.438.546,53
2.1.0.0.00.0.00.00.00	Operações de Crédito	-	-	757.259,25	-	930.000,00	-	-
2.2.0.0.00.0.00.00.00	Alienação de Bens	-	-	86.800,00	-	147.077,46	-	-
2.2.1.8.01.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	124.010,00	40.000,00	-	96.500,00	51.460,45	53.924,30	56.619,70
2.2.2.0.00.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	190.010,00	165.800,00	85.800,00	-	95.617,01	99.470,38	103.339,78
2.3.0.0.00.0.00.00.00	Aprovação de Empréstimos	169.099,62	193.077,80	229.248,40	468.400,00	331.219,95	344.568,12	357.071,02
2.4.0.0.00.0.00.00.00	Transferências de Capital	795.986,30	368.625,00	1.223.860,00	414.100,00	810.072,63	864.713,61	921.619,18
2.4.1.0.00.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	705.378,25	365.625,00	1.323.860,00	414.100,00	810.072,63	864.713,61	921.619,18
2.4.2.0.00.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	19.609,05	-	-	-	-	-	-
2.4.3.0.00.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.4.0.00.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.00.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.9.0.00.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.00.0.00.00.00	Transferências de Pessoais Fisicas	-	-	-	-	-	-	-

2.9.0.0.0.0.0.00.00	Outras Receitas de Capital	1.521.190,36	2.136.418,84	3.240.404,85	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.0.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.0.1.1.03.00.00	Restituição de Depósitos Bancários - Principal	-	-	75.410,20	-	-	-	-	-	20.451,48	-
7.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	-	-	2.194.994,45	1.040.981,00	2.253.490,02	-	-	-	31.993,80	34.097,79
8.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8.0.0.0.0.0.0.0.00.00	(R) Deduções da Receita	1.521.190,36	2.136.418,84	4.480.379,48	-	-	-	-	-	5.992.813,47	6.073.289,12
8.1.1.0.0.0.0.0.00.00	Deduções da Receita de Impostos (Obrigações Fiscais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8.1.1.0.0.0.0.0.00.00	Deduções para o FUNDEB	1.521.190,36	2.136.418,84	4.480.379,48	-	-	-	-	-	93.141,40	100.084,21
8.1.7.0.0.0.0.0.00.00	Deduzidos da Receita de Capital (Obrigações Fiscais)	1.521.190,36	2.136.418,84	4.480.379,48	-	-	-	-	-	96.994,99	100.084,21
8.1.0.0.0.0.0.0.00.00	Deduzidos da Receita Corrente (Obrigações Fiscais)	-	-	-	-	-	-	-	-	15.001.120,74	15.001.120,74
8.2.0.0.0.0.0.0.00.00	Deduzidos da Receita de Capital (Obrigações Fiscais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8.2.0.0.0.0.0.0.00.00	Deduzidos da Receita de Capital (Obrigações Fiscais)	-	-	-	-	-	-	-	-	80.421,44	86.916,89
	TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	32.839.026,81	38.227.094,87	41.105.631,81	38.278.000,00	45.088.275,37	45.014.419,29	46.412.523,82	46.412.523,82		

Município de : CHAPADA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar

	PAGA 2015	PAGA 2016	PAGA 2017	PAGA(Estim)	PROJETADO 2019	PROJETADO 2020	PROJETADO 2021	Valores em R\$ 1,00	
								PROJETADO 2020	PROJETADO 2021
CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS									
DESPESAS CORRENTES	26.091.035,25	28.578.413,18	31.331.617,87	35.836.700,00	37.474.784,86	41.208.098,20	44.802.585,16		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.428.100,40	16.892.113,03	18.989.115,45	17.926.250,21	20.273.416,89	22.016.586,70	23.884.807,79		
Pessoal - Executivo / Indiretas	12.377.414,08	14.125.070,09	13.735.462,90	14.421.000,00	16.664.870,43	18.097.766,86	19.633.455,63		
Pessoal - Legislativo	422.858,36	451.508,05	524.766,28	551.200,00	600.195,72	651.792,80	707.100,50		
Pessoal do R.P.S.	1.527.627,95	2.015.534,89	2.708.886,29	2.954.050,21	3.008.398,55	3.267.027,45	3.544.251,60		
Despesas Com Pessoal									
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	74.508,51	39.449,10	8.249,75	84.200,00	50.893,48	54.835,14	59.337,11		
Juros e Encargos da Dívida - Específic / Indiretas									
Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	74.508,51	39.449,10	8.249,75	84.200,00	50.893,48	54.835,14	59.337,11		
Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-		
INTRAORÇAMENTÁRIAS									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.668.425,34	12.046.851,05	14.354.253,47	17.836.249,79	17.160.674,39	19.136.676,36	20.858.440,27		
Outras Despesas Correntes - Executivo	10.473.044,60	11.894.585,84	11.714.159,43	12.569.131,79	14.324.824,67	15.396.852,27	16.548.905,29		
Outras Despesas Correntes - Legislativo	99.039,88	143.998,17	158.003,05	209.000,00	301.371,54	216.468,71	232.636,81		
Outras Despesas Correntes RPPS	16.340,88	18.267,24	34.214,15	48.500,00	39.452,72	42.410,75	45.578,17		
Outras Despesas Correntes -									
INTRAORÇAMENTÁRIAS									
DESPESAS DE CAPITAL	1.679.134,86	2.512.693,67	2.811.066,49	2.441.300,00	3.394.941,54	3.953.402,14	4.498.030,86		
INVESTIMENTOS	1.327.511,96	1.926.349,46	2.025.300,48	1.308.200,00	2.451.072,13	2.972.736,60	3.597.388,60		
Investimentos - Executiv / Indiretas	1.327.091,98	1.874.975,46	2.023.801,48	1.288.200,00	2.426.262,44	2.930.879,75	3.546.492,09		
Investimentos - Legislativo	420,00	51.374,00	1.579,00	20.000,00	34.819,69	42.058,84	50.696,51		
Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-		
Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS									
INVERSOES FINANCEIRAS	40.140,60	179.504,00	470.202,00	470.100,00	416.914,00	433.715,64	450.587,18		
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	40.140,60	179.504,00	470.202,00	470.100,00	416.914,00	433.715,64	450.587,18		
Outras Inversões Financeiras - Executiv / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-		
Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-		

Município de : CHAPADA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
 Estimativas para a Receita Corrente Líquida
 Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 12/2017, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	38.719.444,11	39.827.099,00	45.858.669,41	49.212.762,65	53.012.538,61
II - DEDUÇÕES	9.418.555,17	10.477.898,00	11.757.337,21	12.658.156,33	13.646.733,62
IRRF s/Rendimentos do Trabalho	611.206,29	601.229,00	657.114,26	717.775,76	782.982,10
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	957.907,75	1.001.000,00	1.099.489,58	1.194.027,04	1.295.346,40
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-	-	-
Rendimentos de Aplicações de Rec. Previdenciários	3.574.104,17	4.700.589,00	4.906.453,23	5.237.402,47	5.582.062,89
Deduções da Receita Corrente	4.275.336,96	4.175.080,00	5.094.280,14	5.508.951,05	5.986.342,23
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	-	-	-	90.252,45	228.219,00
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	29.300.888,94	29.349.201,00	34.101.332,20	36.644.858,78	39.594.023,99




Município de : CHAPADA - RS
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2018 a 2021

	2019	2020	2021
PODER EXECUTIVO			
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	18.414.719,39	19.788.223,74	21.380.772,96
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	17.493.983,42	18.798.812,55	20.311.734,31
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	16.573.247,45	17.809.401,37	19.242.695,66

	2019	2020	2021
PODER LEGISLATIVO			
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	2.046.079,93	2.198.691,53	2.375.641,44
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.943.775,94	2.088.756,95	2.256.859,37
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.841.471,94	1.978.822,37	2.138.077,30

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Lega, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.



Município de : CHAPADA - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
 TABELA 03 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.016		2.017		2.018		2.019		2.020		2.021	
	Saldo		Saldo		Reestimativa		Previsão (Saldo Médio)		Previsão (Saldo Médio)		Previsão (Saldo Médio)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	908.839,88	1.603.884,79	1.527.000,00				1.346.574,89		1.492.486,56		1.455.353,82	
Dívida Mobiliária												
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	908.839,88	1.089.323,04	1.108.000,00		1.108.000,00		1.035.387,64		1.077.570,23		1.073.652,62	
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	514.561,75	419.000,00		419.000,00		311.187,25		414.916,33		381.701,19	
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	3.399.704,89	2.738.747,29	2.294.504,43				2.810.985,54		2.614.745,75		2.573.411,91	
Disponibilidade da Caixa Bruta	3.399.704,89	1.636.929,68	1.672.034,72		1.672.034,72		2.236.223,10		1.848.395,83		1.918.884,55	
(-) Restos a Pagar Processados		473.168,15	102.287,17		102.287,17		191.818,44		255.757,92		183.287,84	
Demais Haveres Financeiros	-	1.574.985,76	724.756,88		724.756,88		766.580,88		1.022.107,84		837.815,20	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(2.490.865,01)	(1.134.862,50)	(767.504,43)				(1.464.410,65)		(1.122.259,19)		(1.118.068,09)	

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida	2.016		2.017		2.018		2.019		2.020		2.021	
	Realizado		Realizado		Reestimativa		Previsão		Previsão		Previsão	
Operações de Crédito / Pagamentos			757.259,26				830.000,00					
2.1 - Operações de Crédito												
2.2 Encargos - Exceto RPPS	39.449,10		8.248,75		84.200,00		50.693,48		54.835,14		59.337,11	
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	406.840,21		226.156,99		663.000,00		485.653,47		505.225,30		624.878,56	
2.2.3 Dívida Mobiliária												
Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>												

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.



Município de : CHAPADA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
TABELA 02 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Arrecadação	Arrecadação	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	33.194.644,39	34.444.107,15	35.652.019,00	40.764.389,27	43.703.811,60	47.026.196,38
(-) Aplicações Financeiras em Geral	146.832,67	143.839,11	104.130,00	153.585,74	163.945,38	174.734,22
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	4.403.346,95	3.574.104,17	4.700.589,00	4.906.453,23	5.237.402,47	5.582.062,89
(-) Outras Receitas Financeiras	-	-	-	429,54	111,71	140,58
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	28.644.464,77	30.726.163,87	30.847.300,00	35.703.920,77	38.302.352,03	41.269.258,70
Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	2.896.031,64	4.421.119,81	979.000,00	2.037.948,60	1.278.623,88	1.351.629,64
(-) Operações de Crédito	-	757.259,26	-	830.000,00	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	193.977,80	229.248,40	466.400,00	331.219,95	344.568,12	357.971,82
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	2.702.053,84	3.434.612,15	512.600,00	876.728,65	934.055,76	993.657,82
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	31.346.518,61	34.160.776,02	31.359.900,00	36.580.649,41	39.236.407,80	42.262.916,52

DESPESAS PRIMÁRIAS	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Pagamento	Pagamento	Pago Estimado	Projeção	Projeção	Projeção
Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	28.678.413,18	28.883.740,83	30.837.082,00	34.889.759,10	37.729.154,58	40.771.264,96
(-) Juros e Encargos da Dívida	39.449,10	8.248,75	84.200,00	50.693,48	54.835,14	59.337,11
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	28.638.964,08	28.875.492,08	30.752.882,00	34.839.065,62	37.674.319,44	40.711.927,85
Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	2.512.693,67	2.721.739,47	2.441.300,00	3.363.639,60	3.911.679,54	4.572.854,34
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	179.504,00	470.202,00	470.100,00	416.914,00	433.715,64	450.587,18
(-) Aquisição de Títulos de Capital Já Integralizado	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisição de Títulos de Crédito	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização da Dívida	406.840,21	226.156,99	663.000,00	485.653,47	505.225,30	524.878,56
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	1.926.349,46	2.025.380,48	1.308.200,00	2.461.072,13	2.972.738,60	3.597.388,60
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS (VI = IV + V)	30.565.313,54	30.900.872,56	32.061.082,00	37.300.137,75	40.647.058,04	44.309.316,45

RESULTADO PRIMÁRIO - ACIMA DA LINHA (VII = III - VI)	781.205,07	3.259.903,46	-	719.488,34	-	2.046.399,93
---	-------------------	---------------------	----------	-------------------	----------	---------------------

JUROS E ENCARGOS ATIVOS Patrimoniais Aumentativas)	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
(Variações						

[Assinatura]

4.4.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VII)	0	0	0	0	0	0	0	0	0

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção

3.4.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII - IX) 781.205,07 3.259.903,46 - 701.182,00 - 719.488,34 - 1.410.650,24 - 2.046.399,93

Município de : CHAPADA - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2019				2020				2021				R\$ 1,00
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (B / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	
			Item 02.01.02.01 da 0ª Edição do MDF				Item 02.01.02.01 da 0ª Edição do MDF				Item 02.01.02.01 da 0ª Edição do MDF		
Receita Total	42.802.337,87	41.104.713,22	125,52%	125,52%	44.982.435,48	41.524.890,78	122,75%	122,75%	48.377.826,02	42.987.098,76	122,18%	122,18%	
Receitas Primárias (I)	36.580.849,41	35.128.789,12	107,27%	107,27%	39.236.407,80	36.220.527,66	107,07%	107,07%	42.262.916,52	37.563.571,87	106,74%	106,74%	
Despesa Total	38.253.398,71	36.736.193,90	109,38%	112,18%	41.640.834,12	38.440.139,36	110,92%	110,92%	45.344.119,30	40.291.437,11	111,91%	114,52%	
Despesas Primárias (II)	37.300.137,75	35.820.741,14	-2,11%	109,38%	40.647.058,04	37.522.749,21	-3,85%	110,92%	44.309.316,45	39.371.942,05	-5,17%	111,91%	
Resultado Primário (I - II)	719.488,34	690.952,02	-2,11%	-2,11%	1.410.650,24	1.302.221,56	-3,85%	-3,85%	2.046.399,93	1.818.370,18	-5,17%	-5,17%	
Resultado Nominal	719.488,34	690.952,02	3,95%	3,95%	1.410.650,24	1.302.221,56	4,07%	4,07%	2.046.399,93	1.818.370,18	3,68%	3,68%	
Dívida Pública Consolidada	1.346.574,89	1.283.167,09	-4,29%	-4,29%	1.462.486,56	1.377.767,58	0,00%	0,00%	1.455.353,82	1.293.184,16	-2,82%	-2,82%	
Dívida Consolidada Líquida	1.484.410,65	1.406.329,25	0,00%	0,00%	1.122.259,19	1.035.997,49	0,00%	0,00%	1.118.058,09	993.473,20	0,00%	0,00%	
Receitas Primárias Advinhas de PPP (IV)	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aa> e hora de emissão <hh e mm>

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido;
- 3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 – o resultado nominal calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comperação entre os juros ativos e passivos, representado a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL – corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de : CHAPADA - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)		R\$ 1,00						
ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	% RCL	Valor (c) = (b-a)	Variação % (c/a) x 100
Receita Total	38.719.444,11	Preenchimento opcional até 02.01.2018 edição do MDT	132,14%	41.105.631,61	Preenchimento opcional até 02.01.2018 edição do MDT	140,29%	2.386.187,50	6,16%
Receita Primárias (I)	33.929.393,17		115,80%	36.315.580,67		123,94%	2.386.187,50	7,03%
Despesa Total	34.142.674,16		116,52%	34.142.674,16		116,52%	-	0,00%
Despesa Primárias (II)	33.330.521,74		113,75%	33.348.749,40		113,81%	18.227,66	0,05%
Resultado Primário (I-II)	598.871,43		2,04%	2.966.831,27		10,13%	2.367.959,84	395,40%
Resultado Nominal	-		0,00%	-		0,00%	-	-
Dívida Pública Consolidada	1.603.884,79		5,47%	1.603.884,79		5,47%	-	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	1.134.862,50		3,87%	1.134.862,50		-3,87%	- 2.269.725,00	-200,00%

FONTE: Sistema <Nome>. Unidade Responsável <Nome>. Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mmm>

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2017), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Município de : CHAPADA - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %
Receita Total	32.617.900,00	36.719.444,11	16,71%	39.827.099,00	2,86%	42.802.337,87	7,47%	44.962.435,48	5,09%	48.377.826,02	7,55%
Receitas Primárias (I)	30.220.303,33	33.929.393,17	12,27%	38.278.000,00	12,82%	36.580.649,41	-4,43%	39.236.407,80	7,26%	42.262.916,52	7,71%
Despesa Total	34.841.318,66	34.142.674,16	-2,01%	38.278.000,00	12,11%	38.253.398,71	-0,06%	41.640.834,12	8,86%	45.344.119,30	8,89%
Despesas Primárias (II)	29.417.369,49	33.330.521,74	13,30%	35.936.700,00	7,52%	37.300.137,75	4,08%	40.647.058,04	8,97%	44.309.316,45	9,01%
Resultado Primário (I – II)	802.933,84	598.871,43	-25,41%	2.441.300,00	307,65%	719.488,34	-129,47%	1.410.650,24	96,06%	2.046.399,93	45,07%
Resultado Nominal	3.643.915,34	-	-100,00%	-	0	719.488,34	0	1.410.650,24	96,06%	2.046.399,93	45,07%
Dívida Pública Consolidada	908.839,88	1.603.884,79	76,48%	1.527.000,00	-4,79%	1.346.574,89	-11,82%	1.492.486,56	10,84%	1.455.353,82	-2,49%
Dívida Consolidada Líquida	1.134.852,50	1.134.852,50	0	767.504,43	-167,63%	1.464.410,65	90,80%	1.122.259,19	-23,36%	1.118.058,09	-0,37%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %
Receita Total	35.143.816,80	40.272.093,82	14,59%	39.827.099,00	-1,10%	41.104.713,22	3,21%	41.524.890,78	1,02%	42.987.098,76	3,52%
Receitas Primárias (I)	32.560.551,23	35.269.961,84	8,38%	38.278.000,00	8,47%	35.129.789,12	-8,22%	36.220.527,66	3,10%	37.553.571,87	3,68%
Despesa Total	37.539.416,09	35.511.795,39	-5,40%	38.278.000,00	7,79%	36.736.193,90	-4,03%	38.440.139,36	4,64%	40.291.437,11	4,82%
Despesas Primárias (II)	31.695.438,52	34.667.075,66	9,38%	35.936.700,00	3,37%	35.820.741,14	-0,04%	37.522.749,21	4,75%	39.371.942,05	4,93%
Resultado Primário (I – II)	865.112,71	622.886,17	-28,00%	2.441.300,00	291,93%	690.952,02	-128,30%	1.302.221,56	88,47%	1.818.370,18	39,64%
Resultado Nominal	3.926.098,65	-	-100,00%	-	0	690.952,02	0	1.302.221,56	88,47%	1.818.370,18	39,64%
Dívida Pública Consolidada	979.220,07	1.668.200,57	70,36%	1.527.000,00	-8,46%	1.293.167,09	-15,31%	1.377.767,58	6,54%	1.293.184,16	-6,14%
Dívida Consolidada Líquida	-	1.180.370,49	-	767.504,43	-165,02%	1.406.329,25	83,23%	1.035.997,49	-26,33%	993.473,20	-4,10%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017), bem como para os dois seguintes (2019 e 2020), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2015, 2016 e 2017 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : CHAPADA - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)		R\$ 1,00	
	2017	2016	2015
	%	%	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio/Capital	27.691.592,88	24.099.790,23	21.994.317,61
Reservas	(829.894,84)	(21.241.098,91)	(22.931.040,00)
Resultado Acumulado	(490.956,60)	24.832.901,56	25.036.512,62
TOTAL	26.370.741,44	27.691.592,88	24.099.790,23
	105,01%	87,03%	91,26%
	-3,15%	-76,71%	-95,15%
	-1,86%	89,68%	103,89%
	100,00%	100,00%	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	2017	2016	2015
	%	%	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio/Capital	(5.016.817,89)	13.032.728,50	7.304.834,16
Reservas	613.450,77	(18.049.546,39)	7.183.422,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(4.403.367,12)	(5.016.817,89)	(1.455.527,66)
TOTAL			
	113,93%	-259,78%	56,05%
	0,00%	0,00%	55,12%
	-13,93%	359,78%	-11,17%
	100,00%	100,00%	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL			
	2017	2016	2015
	%	%	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio/Capital	22.674.774,99	37.132.518,73	29.299.151,77
Reservas	(829.894,84)	(21.241.098,91)	(15.747.618,00)
Resultado Acumulado	122.494,17	6.783.355,17	23.580.984,96
TOTAL	21.967.374,32	22.674.774,99	37.132.518,73
	103,22%	163,76%	78,90%
	-3,78%	-93,68%	-42,41%
	0,56%	29,92%	63,50%
	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hh e mmm>

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2015, 2016 e 2017), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", ou "Lucros ou Prejuízos Acumulados" o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 001/2009, está sobre a gestão do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.



Município de: CHAPADA - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017	2016	2015
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2015			-
RECEITAS DE CAPITAL - Alienação de Ativos (I)	85.600,00	200.010,00	124.010,00
Alienação de Bens Móveis	-	40.000,00	124.010,00
Alienação de Bens Imóveis	85.600,00	160.010,00	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienação de Bens	11.887,89	-	-

DESPESAS EXECUTADAS	2017	2016	2015
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	113.957,16	144.459,80	134.733,77
DESPESAS DE CAPITAL	113.957,16	144.459,80	134.733,77
Investimentos	113.957,16	144.459,80	134.733,77
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO			
Valor (III)	28.357,16	44.826,43	(10.723,77)

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores à da edição da LDO (2015, 2016 e 2017).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : CHAPADA - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO			
PLANO PREVIDENCIÁRIO	2017	2016	2015
RECEITAS CORRENTES (I)	7.227.119,41	7.249.452,33	3.502.101,46
Receita de Contribuições dos Segurados	957.907,75	838.286,23	661.466,12
Civil			
Ativo	957.907,75	838.286,23	661.466,12
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	1.392.655,60	1.296.323,16	
Civil			
Ativo	1.378.748,78	1.282.201,46	
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos	13.906,82	14.121,70	
Receita Patrimonial	3.583.879,42	4.274.747,26	2.829.288,39
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	3.583.879,42	4.274.747,26	2.829.288,39
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes	1.292.676,64	840.095,68	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		444.927,59	11.346,95
Demais Receitas Correntes	847.749,05	840.095,68	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		1.372.905,91	1.041.446,39
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)	6.454.780,56	6.485.939,40	4.543.547,85

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2016	2015
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
Despesas Correntes	22.836,49	18.287,24	16.340,88
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (V)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias	2.169.304,28	1.628.100,84	1.304.176,12
Pensões	117.463,79	101.751,98	80.272,33
Outros Benefícios Previdenciários	415.268,22	285.682,07	243.379,50
Benefícios - Militar			
Reformas			

Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	18.227,66		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	18.227,66		
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	2.743.100,44	2.033.822,13	1.644.168,83

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO = (III - VI)	(VII)	3.711.680,12	4.452.117,27	2.899.379,02
--	--------------	--------------	--------------	--------------

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2017	2016	2015
VALOR			

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2017	2016	2015
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS		479.746,97	450.805,12
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			

BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2016	2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	534.546,35	674.780,33	172.635,52
Investimentos e Aplicações	35.785.223,54	31.159.374,20	26.446.111,64
Outro Bens e Direitos	72.206,19	96.008,29	85.712,74

PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2016	2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			

Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2016	2015
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XII)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2017	2016	2015
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	Receitas	Despesas	Resultado	Saldo

FONTE: Sistema <sistema>, Unidade Responsável: <Unidade Responsável>. Emissão: <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>. Assinado Digitalmente no dia <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>.

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2015, 2016 e 2017, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo 10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2017.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.



Município de : CHAPADA - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
IPTU	Desconto para pgto a vista	Contribuinte IPTU	40.000,00	41.612,00	43.230,71	Vide Obsevação abaixo
ISSQN	Desconto para pgto a vista	Contribuinte IPTU	5.000,00	5.201,50	5.403,84	
DIVIDA ATIVA	Desconto para para liquidação	Contribuinte Iptu, ISSQN, Taxas	10.000,00	10.403,00	10.807,68	
				-	-	
				-	-	
TOTAL			55.000,00	57.216,50	59.442,22	-

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Obs 1: Os valores da renúncia para 2019 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

Obs 2: Os valores da renúncia projetados para 2019, 2020 e 2021 foram calculados com base nas reduções de 2018, somando a eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2020: 4,03%
 Inflação para 2021: 3,89%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Conseqüentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : CHAPADA - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2019
Aumento Permanente da Receita	2.731.403,16
Decorrente de Receitas Tributárias	(196.592,97)
Decorrente de Transferências Correntes	2.927.996,12
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(500.326,91)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.231.076,24
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.231.076,24
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	(1.246.397,01)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	824.240,39
Relativas a Outras Despesas Correntes	(2.070.637,40)
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	3.477.473,26

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, §2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2019 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2018-2019.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2019, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2018-2019 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.

Município de : CHAPADA - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2019

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	150.000,00	Abertura de crédito a partir da reserva de contingência	200.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	50.000,00		
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	250.000,00	Limitação de empenhos nos valores determinados na LDO	250.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	250.000,00	SUBTOTAL	250.000,00
TOTAL	450.000,00	TOTAL	450.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.